

# RESUMO EXECUTIVO DA ATA

## 6ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2023

3 **Data:** 31 de outubro de 2023  
4 **Horário:** 09h00  
5 **Local:** Ambiente virtual pela Plataforma Teams  
6

### 7 **Membros do Colegiado**

8 (A relação completa, daqueles que registraram devidamente presença, encontra-se disponível na Secretaria  
9 Executiva do Comitê)

### 10 **SEGMENTO ESTADO**

11	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e
12	Logística - SEMIL	
13	Seica Ono	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE
14	Daniel Jesus de Lima	Empresa Metropolitana de Águas e Energia -
15	EMAE	
16	Rodrigo Ferraz Moreira	SABESP
17	Lilian Barrella Peres	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
18	Sérgio Luiz Damiati	Secretaria da Educação
19	Mônica Therezinha Bartié Rossi	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e
20	Habitação	
21	Gerson Salviano De Almeida Filho	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

22 **SEGMENTO MUNICÍPIOS - Prefeituras Municipais**

23	José Eduardo Victorino	P.M de Mairiporã
24	Eliane Ap. Estevam de Oliveira	P.M. Santana de Parnaíba
25	Vitor Costa Silveira	P.M. Santana de Parnaíba
26	Marcelo Rodrigues da Motta	P.M. Itapeçerica da Serra
27	Marcos Antonio Dantas Moura	Barueri
28	Yasmim Zampieri Sampaio	Itaquaquecetuba
29	Solange Wuo Franco	Suzano
30	Luciana Sabra Vieira	Osasco
31	<b>Vanderlon Oliveira Gomes</b>	<b>Prefeitura Municipal de Salesópolis –</b>
32	<b>Presidente CBH-AT</b>	
33	Sérgio Marçom	São Bernardo do Campo
34	Aldo Gomes da Costa Filho	Santo André
35	Rosélia Mikie Ikeda	São Paulo
36	José Rogério Moreira Santana	Mauá

37 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

38	<b>Melissa Cristina Pereira Graciosa</b>	<b>UFABC – Vice-Presidente CBH-AT</b>
39	Jaqueline Aparecida Bória Fernandez	UNIFESP – Univ. Fed. de São Paulo
40	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
41	Fernando Tadeu da Silva dos Santos	CIESP - SP
42	Juliana Geseíra Monteiro	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
43	Jordana Alca Barbosa Zola	IAB-SP
44	José Ramos de Carvalho	APGAM
45	Vanessa Dias	SIDUSCON-SP

46	Virgílio Alcides de Faria	MDV
47	Gustavo Veronesi	Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
48	Amauri Pollachi	ONDAS
49	Mario de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga
50	Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP

51 **1. Abertura. Expedientes, Comunicações e Ordem do Dia.**

52 Melissa Graciosa (UFABC) Vice-Presidente do CBH-AT após constatar  
53 quórum, abriu a reunião. Agradeceu as presenças e iniciou os trabalhos. Hélio  
54 Suleiman, Diretor Presidente da FABHAT, informou que a Secretaria executiva  
55 e Fundação Agência de Bacia-FABHAT, receberam no dia 30/10 resultado da  
56 ação civil pública do ano de 2018 do GAEMA, solicitando paridade, de acordo  
57 com a Lei nº 9.433. O Comitê nunca foi contrário a paridade, inclusive participou  
58 dos estudos com o CRH e com a participação da Sociedade civil. O Comitê  
59 perdeu a causa em 2019 e posteriormente a PGE interpôs recurso, em 2020, em  
60 segunda instância, o Comitê ganhou na segunda instância, e posteriormente no  
61 STF, recebida no dia 30 de outubro reconhecendo que o Estatuto do CBHAT  
62 está correto na composição de seus membros, em obediência à legislação  
63 Estadual. Beatriz Vilera, Diretora Técnica da FABHAT, informou sobre o  
64 andamento dos empreendimentos indicados para serem financiados no ano de  
65 2023. Foram indicados 21 empreendimentos. Os 5 empreendimentos indicados  
66 na primeira chamada já estão em processo licitatório e os 16 indicados na  
67 segunda chamada, estão em processo de análise pelo agente técnico. A última  
68 indicação do Comitê ocorreu plenária realizada no dia 22 de setembro sendo  
69 que, após a análise do Comitê, os projetos seguem para validação na  
70 SECOFEHIDRO. Na sequência apresentou os empreendimentos contemplados  
71 com o financiamento, entre outros o da Prefeitura Municipal de Mairiporã, com  
72 projeto de substituição de fossas rudimentares. Prefeitura de Mauá, com  
73 ampliação de coleta seletiva. A prefeitura de Diadema, com o Plano diretor de  
74 drenagem e cadastro da rede de macro e micro drenagem. O SEMAE Mogi das  
75 Cruzes, com a implantação de esgotamento sanitário, no núcleo 9 de julho, na  
76 APRM Alto Tietê Cabeceiras e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, com  
77 a implantação do Plano de sinalização. Os cinco projetos totalizando cerca de  
78 vinte e cinco milhões de reais e todos estão em processo licitatório pelos  
79 tomadores. O projeto do CONISUD com a identificação de áreas para  
80 implantação de novas unidades de conservação. Prefeitura de Salesópolis, com  
81 a ampliação da coleta seletiva. CONDEMAT com o plano regional de drenagem.  
82 SABESP, com a implantação de esgotamento sanitário em Embu das Artes,

83 beneficiando a APRM Guarapiranga. Prefeitura de São Bernardo do campo, com  
84 elaboração do Plano de manejo do parque natural Estoril, na Billings. Prefeitura  
85 de Mairiporã, com obras de drenagem, instalação de aduelas no reservatório no  
86 Rio Juqueri, Consórcio ABC, revisão do plano de macro e micro drenagem  
87 regional. Prefeitura de Salesópolis, com execução de obras para recuperação do  
88 córrego Fatura. Também a Prefeitura de Salesópolis com a Recuperação do  
89 córrego das Antas. Prefeitura de Guarulhos com plano diretor de drenagem.  
90 CETESB, com o aprimoramento da divulgação dos dados de qualidade. A  
91 Prefeitura de Suzano, com projeto executivo e obra para implantação do  
92 reservatório Rio Una. Prefeitura de Itaquaquecetuba, com Plano diretor de  
93 drenagem, cadastro da rede de macro e micro. Prefeitura de Suzano, com  
94 projeto básico e executivo de controle de inundações nos bairros parque Maria  
95 Helena e Vila Maluf. Sociedade Ecológica amigos de Embu, com a base de  
96 dados para a criação de unidades de conservação, o UDAE com diagnóstico e  
97 monitoramento do aporte de sedimentos. CONDEMAT, com a capacitação da  
98 ação rural em boas práticas agrícolas. Esses projetos foram indicados na  
99 segunda chamada, e totalizam aproximadamente setenta e oito milhões de reais.  
100 Hélio informou, que na semana anterior, concluíram as 5 oficinas regionais, do  
101 Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, em formato participativo.  
102 Porém poderia ter ocorrido maior participação efetiva dos membros do Comitê.  
103 Até o início do mês de novembro estará aberto para as contribuições. A FABHAT  
104 Coordena o Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, abrangendo os 40  
105 municípios, e os municípios de Santa Isabel e Guararema, que também fazem  
106 parte da região metropolitana de São Paulo. O Plano está em andamento, que  
107 contou com a realização das Oficinas e as análises por subbacias, conforme  
108 previsto no Termo de Referência-TR. Foram realizadas oficinas regionais para a  
109 fase de diagnóstico, em cada Subcomitê, sendo que, no dia 18 de outubro,  
110 ocorreu a primeira oficina no município de Mairiporã, contando com a presença  
111 da Defesa Civil da região. No segundo dia no Consórcio do Grande ABC, com a  
112 presença dos municípios e no dia 20 de outubro e no dia 24 de outubro, na região  
113 do Tietê, Cabeceiras em Mogi das Cruzes. Em 25 de outubro a última oficina no  
114 Subcomitê Pinheiros Pirapora, que abrange a parte do município de São Paulo.

115 Nessas oficinas, apresentaram o diagnóstico com todos os dados levantados. O  
116 Alto Tietê Cabeceiras teve a maior participação com 58 inscritos, São Paulo com  
117 30, Itapeverica 18, Santo André, 35, em Mairiporã, 40. O convite foi divulgado  
118 para todas as instâncias do Comitê e dos Subcomitês. Beatriz convidou todos  
119 para a leitura do relatório de diagnóstico e para enviarem contribuições. Foi  
120 gerado um formulário, que ficará disponível no site da FABHAT e no site do  
121 Comitê, acessando o QR-Code para o envio das contribuições, visualizando o  
122 formulário e os Relatórios, disponibilizados por tipologia de resíduos. Novamente  
123 solicitou a colaboração de todos conforme a diretoria da política nacional de  
124 resíduos e controle social, com a participação da sociedade.

125 **2. Apresentação pelo DAEE “Programa Rios Vivos”.** Rui Selmer,  
126 Coordenador do Programa Rios Vivos da bacia do Alto Tietê apresentou. Em  
127 síntese, o Programa Rios Vivos, foi implementado pelo DAEE como Programa  
128 de âmbito estadual. Visa, principalmente, minimizar os eventos críticos de chuva,  
129 pela limpeza de córregos, para uma qualidade de água melhor, e também a  
130 melhoria da visibilidade dos rios, inclusive com paisagismo. O escopo principal  
131 do Rios Vivos é a contenção proteção e revitalização das águas visando,  
132 principalmente o desassoreamento dos córregos. O status do Rios Vivos para o  
133 estado, contou com uma programação para o atendimento de 139 municípios,  
134 sendo que 247 córregos foram analisados, tendo cinco contratos no estado  
135 assinados que atende 30 municípios e 49 corpos hídricos. O contrato para a  
136 execução do Programa Rios Vivos foi licitado, e tem investimento total no estado  
137 de cento e setenta e dois milhões de reais, sendo que o primeiro contrato foi  
138 cerca de vinte e três milhões de reais. O contrato da bacia do Alto Tietê e o da  
139 Baixada Santista, tem o valor em cerca de trinta e oito milhões de reais. A  
140 documentação para a contratação do projeto Rios Vivos, segue Portaria DAEE  
141 Nº 6282, de 19 de setembro de 2023. Destacou a importância do projeto, dos  
142 licenciamentos ambientais e a responsabilidade dos municípios. Quatorze  
143 municípios protocolaram adesão, e seis estão com a análise pendente. No  
144 estado setenta e uma análises foram protocoladas.

145 **3. Aprovação da Ata resumida da 5ª. Reunião Plenária de 2023, realizada**  
146 **em 22 de setembro de 2023.** A Ata foi aprovada por unanimidade, após  
147 dispensa de leitura.

148 **4. Deliberações. As Deliberações, com a redação final aprovada, são**  
149 **publicadas na webpágina do Comitê [https://comiteat.sp.gov.br/o-](https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoas)**  
150 **comite/deliberacoes-e-mocoas, e também a Ata taquigrafada de inteiro**  
151 **teor. Deliberação CBH-AT nº 172 de 31.10.2023 - Aprova o Parecer Técnico**  
152 **sobre o EIA/RIMA referente ao Centro Logístico GLP Bandeirantes II, no**  
153 **município de Cajamar - SP. Deliberação aprovada por unanimidade.**

154 Jordana Alca Barbosa Zola (IAB-SP) e Coordenadora do GT Consultas  
155 Ambientais apresentou. Em síntese, o GT analisou e deu o parecer para o  
156 empreendimento Centro Logístico Bandeirantes, a ser instalado no município de  
157 Cajamar. Corresponde integralmente a uma Área de Proteção Ambiental de  
158 Conservação de Uso Sustentável gravada em 1984, uma área mais vegetada  
159 que contempla o curso do ribeirão dos Cristais. A supressão de Mata Nativa  
160 perfaz aproximadamente, 20 hectares, com contextualização no processo de  
161 transformação da região e da porção da Subbacia Juqueri Cantareira, com  
162 grande impacto de movimentação de terra e supressão de vegetação. O  
163 empreendimento está localizado próximo à ETA-Estação de Tratamento de Água  
164 Cristais, na jusante, sendo considerada uma área de Manancial Municipal.  
165 Houve movimentação de terra decorrente da implementação de outro  
166 empreendimento do mesmo empreendedor, Galpão Bandeirantes 1, em Franco  
167 da Rocha, com informações preliminares sem EIA/RIMA-Estudo de Impacto  
168 Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, com comprometimento da erosão  
169 e consequente assoreamento na ETA Cristais. O mapeamento da caracterização  
170 e a descaracterização dos corpos hídricos informa que a área diretamente  
171 afetada pelo empreendimento demanda supressão significativa de vegetação e  
172 preocupações com diversos corpos hídricos. Terá grande movimentação de terra  
173 para viabilizar o empreendimento no limite das APPs e corpos hídricos segundo  
174 consta no EIA/RIMA, e a própria configuração do empreendimento ou qualquer  
175 deslocamento/imprecisão na localização dos corpos hídricos pode comprometer  
176 o ambiente. Os estudos de alteração das vazões na SubBacia informam que não

177 irá gerar impacto significativo em função das soluções de drenagem adotadas,  
178 no entanto, haverá intervenção agressiva, e que, após a obra, terá  
179 reconfiguração do perfil natural do terreno. Analisando o EIA/RIMA, não permite  
180 avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento e, a cumulatividade de  
181 galpões na área, demanda melhor avaliação por essa transformação, inclusive  
182 com o cenário de mudanças climáticas e de maiores impactos para a região. Ao  
183 final, recomendou que a implementação do empreendimento deverá se dar após  
184 a conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto a jusante. Que o  
185 empreendimento deve atestar que a eliminação dos corpos hídricos anotados  
186 como efêmeros e intermitentes não irá comprometer os corpos hídricos, que o  
187 Plano de recuperação de áreas degradadas previstos no EIA/RIMA devem  
188 incorporar os passivos ambientais identificados e que os planos de gestão de  
189 monitoramento e gerenciamento devem ser revisados, a fim de buscar impacto  
190 zero ou o menor possível, com um programa detalhado de acompanhamento e  
191 monitoramento do fluxo de lençol freático, de erosão e assoreamento dos corpos  
192 hídricos, a utilização de pavimentos permeáveis, programas para redução de  
193 geração de resíduos e que as compensações ambientais decorrentes desse  
194 empreendimento sejam todas revertidas para Bacia do Ribeirão dos Cristais.  
195 Aberta a palavra para a participação do plenário, ocorreram diversas  
196 contribuições ao Parecer, incluindo recomendações, sendo que todas as  
197 acatadas encontram-se no texto final da Deliberação. Entre as diversas  
198 contribuições, Mário César (Secretaria de Saúde), Subcomitê Juqueri-  
199 Cantareira, ressaltou que a implantação do empreendimento leva grandes  
200 preocupações para a região, inclusive pode afetar o abastecimento de água,  
201 sendo que, já ocorreram várias paradas no abastecimento da ETA, e em período  
202 de pandemia, por isso também é preciso acompanhar com bastante critério a  
203 análise do EIA/RIMA-Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto  
204 Ambiental. devido ao assoreamento. Fernando Tadeu da Silva dos Santos-  
205 Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-CIESP considerou o texto do  
206 Parecer, por exemplo, sobre as mitigações do impacto do empreendimento  
207 sobre os recursos hídricos, especificar o contexto das mudanças climáticas, que  
208 a mitigação em relação à mudança climáticas não tem previsão por Deliberação

209 do CRH. E ainda, em relação aos movimentos permeáveis nas áreas de  
210 circulação de veículos e pedestres, o sistema de coleta de resíduos de veículos  
211 automotores e incluir prevendo a minimização de resíduos no Plano de  
212 gerenciamento de resíduos do empreendimento. Virgílio Alcides de Faria (MDV)  
213 expressou que o Parecer foi assertivo nos apontamentos com relação ao  
214 EIA/RIMA, apontou sobre a importância de considerar as ações que afetam o  
215 clima, servindo de base para o Comitê nessas questões. Amauri Pollachi  
216 (ONDAS) ponderou que na verdade trata-se de crise climática e, ainda precisam  
217 evoluir muito, pois não há nenhum sistema de gerenciamento de Recursos  
218 Hídricos que trata adequadamente essa condição, por outro lado, tendo  
219 possibilidade de redução da área o empreendimento pode conceder espaço para  
220 a preservação das APPs sem o risco de assorear o ribeirão dos Cristais, de tal  
221 modo a inviabilizar o manancial e visando também a manutenção da água com  
222 boa qualidade. José Eduardo Victorino (P.M. de Mairiporã) expressou que, as  
223 recomendações devem ser analisadas pelo empreendedor, no EIA/RIMA não há  
224 clareza quanto às minas de água, que está ligado diretamente com a sua  
225 produção, e que existe condição do empreendimento somente lograr êxito se a  
226 estação ETA-Estação de Tratamento de Água de Jordanésia funcionar  
227 adequadamente, então se faz necessário verificar o empreendimento quanto ao  
228 quesito esgoto, durante a execução das obras, principalmente o cuidado  
229 referente a movimentação de solo de forma adequada, uma vez que pode criar  
230 problemas no ribeirão dos Cristais. Renata Moreira (UFABC) enfatizou que os  
231 Municípios possuem diretrizes de planejamento regional quanto aos Planos de  
232 logística, apontando áreas como desejáveis ao desenvolvimento desses  
233 empreendimentos logísticos, que devem ser acatado, assim constitui-se em um  
234 desafio para o Comitê, expor contribuições efetivas, sendo que, a flexibilização  
235 de condições de preservação seria medida a partir de outras diretrizes na escala  
236 menor, verificando a possibilidade de ceder condições de Proteção Ambiental  
237 em função de acolher usos que geram desenvolvimento econômico, analisando  
238 as contrapartidas. Mércia (UFABC) colocou que, a avaliação de impacto  
239 ambiental é realizada para o empreendimento obter parte do licenciamento,  
240 avaliação com base nas informações do EIA/RIMA em busca das melhores

241 alternativas de localização e das alternativas tecnológicas. O empreendedor não  
242 emitiu informações suficientes sobre as alternativas, então uma possível  
243 sugestão seria a redução do tamanho do empreendimento e aprimoramentos na  
244 questão dos recursos hídricos já elencadas. Gerson Salviano de Almeida Filho  
245 (Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT) sugeriu que essa tipologia de  
246 empreendimentos devem ter monitoramento antes da implantação, pelo menos  
247 1 ano antes, no intuito de analisar os impactos ocasionados pela implantação e  
248 após, verificação das alterações. Jordana Barbosa enfatizou que em relação aos  
249 recursos hídricos estão obedecendo a legislação, bem como a regulamentação  
250 sobre as áreas de preservação permanente, que contém parâmetros rígidos.  
251 Não há instrumentos para se posicionarem com respeito a precisão e correção  
252 das localizações e definições de limites do empreendimento. Ao final houve  
253 consenso para manter o contexto das mudanças climáticas e que doravante o  
254 Comitê precisa incorporar tema; os veículos automotores de forma mais  
255 genérica; previsão do Plano de gerenciamento de resíduos do empreendimento,  
256 inclusão de redução da área de movimentação de terra de modo a resguardar a  
257 área de domínio mínimo dos corpos d'água na área diretamente afetada.

258 **Deliberação CBH-AT n° 171 de 31.10.2023 – Aprova o Relatório de Situação**  
259 **dos Recursos Hídricos da UGRHI-06 2023, ano base 2022. Deliberação**  
260 **aprovada por unanimidade.** Valburg de Sousa Santos Junior (Assessor  
261 Técnico Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê-FABHAT) apresentou. Em  
262 síntese, o Relatório é mais um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.  
263 Trata de itens importantes, como a outorga e a cobrança pelo uso da água. O  
264 objetivo específico é avaliar as ações do Plano de Bacia e as análises contêm  
265 os indicadores padrões mínimos, definidos pela Coordenadoria de Recursos  
266 Hídricos-CRHI para aplicação da metodologia que relaciona a força motriz,  
267 pressão, estado, impacto e resposta, com as devidas ressalvas, e a partir dessas  
268 interações, classifica os indicadores que demonstram as condições da bacia  
269 hidrográfica. A metodologia relaciona a força motriz, pressão, estado, impacto e  
270 resposta, conforme tem sido mantida nos últimos anos nos Relatórios. Tendo em  
271 vista os últimos 5 anos, verificou-se que a disponibilidade está reduzida, em  
272 virtude do crescimento da população, em uma bacia, localizada em região de

273 cabeceiras, com território habitado por mais de 21 milhões de pessoas,  
274 apresenta resultado crítico. No ítem do Relatório, Saneamento Básico, o  
275 abastecimento de água da bacia apresentou 99,1% de atendimento urbano em  
276 2021, com quase 80% dos Municípios classificados com bons índices de  
277 saneamento, ou seja, superiores ou iguais a 95% e alguns municípios, como em  
278 outros anos, também apresentaram índices muito ruins, abaixo de 80%.  
279 Destacou que tratativas estão sendo realizadas para aumentar o atendimento  
280 urbano dos municípios, sendo que, o índice de perdas de água na bacia, de  
281 forma geral, está em 33,19%. Sobre os dados do indicador Coleta, fornecidos  
282 pela CETESB-Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, de 2022, cerca  
283 de 85%, assim, em torno de 23% dos Municípios apresentaram bons índices.  
284 Em relação ao índice de tratamento, foi verificado o maior da história, desde a  
285 série de 2013 disponibilizada pela CRHI, sendo observado o percentual de  
286 58,2% de esgoto tratado em relação ao total gerado. Ademais, o Município de  
287 São Paulo tem feito investimentos com reflexo no aumento de indicador da bacia,  
288 no entanto, ainda é considerado distante do objetivo almejado para a bacia do  
289 Alto Tietê. Pontuou que para o indicador Drenagem, há necessidade de  
290 padronização da análise para o estado de São Paulo, mas ainda há ausência de  
291 informações detalhadas que prejudicam a análise. Quanto à qualidade das  
292 águas superficiais, pelos dados da CETESB, a classificação foi próxima aos 60%  
293 como ruim ou péssimo e 27% bom ou ótimo, e ainda, o monitoramento  
294 comparado com os anos de pandemia, foi restabelecida. Observou-se tendência  
295 de melhoria ou redução do carbono orgânico total para alguns pontos analisados.  
296 O sistema Alto Tietê mostra a melhora em relação ao ano de 2022 comparado o  
297 IAP -Índice de Qualidade de Água Bruta para fins de Abastecimento Público dos  
298 últimos 5 anos analisados, dos anos de 2017 a 2021. Quanto ao indicador da  
299 potabilidade de águas subterrâneas de forma geral, com os parâmetros de  
300 desconformidade, demonstrou que está quase no limite da classificação como  
301 boa. Por fim, foi apresentado um resumo das atividades do Comitê: 3 reuniões  
302 plenárias, 16 Deliberações aprovadas, com a frequência média de participação  
303 em 54%, destacando a aprovação do Plano de aplicação de recurso da cobrança  
304 pelo uso da água, aprovação da minuta de Anteprojeto de Lei do Guaió,

305 indicação dos empreendimentos para investimentos totalizando valor superior a  
306 26 milhões e ainda, as atividades das Câmaras Técnicas, entre elas, as  
307 discussões do empreendimento de Jurubatuba, organização da capacitação  
308 FEHIDRO/2023, apresentações dos boletins de monitoramento hidrológico e as  
309 discussões da compatibilização dos Planos diretores com as legislações  
310 específicas. Ressaltou a articulação com possíveis tomadores para utilização  
311 dos recursos e que em novembro será realizada reunião Intercâmaras, e também  
312 com os Grupos de Trabalho, e os Subcomitês para organização do planejamento  
313 para o próximo quadriênio 2024/2027. A Vice-Presidente Melissa Graciosa  
314 ressaltou a necessidade do aperfeiçoamento dos indicadores. Que o Relatório  
315 de Situação é o norte para emissão do PAPI-Plano de Ação e Programa de  
316 Investimento, e possibilita indicar os pontos de melhoria e os que ainda tem  
317 potencial para melhorias. Virgílio Alcides de Faria (MDV) questionou a  
318 elaboração e divulgação do momento do Relatório, deveria ser observado o  
319 prazo determinado na Lei e, além conter mais detalhes sobre a bacia. Amauri  
320 Pollachi (ONDAS) disse das preocupações com a gestão de recursos hídricos  
321 da bacia do Alto de Tietê, considerando que o Relatório demonstrou grande  
322 escassez da bacia, diante do crescimento demográfico. A preocupação se  
323 constitui também com a gestão dos recursos hídricos, pois o atual governo  
324 estadual caminha no sentido de entregar para a iniciativa privada a gestão e para  
325 garantir a boa e eficaz gestão o Comitê deve atuar contra essa entrega para a  
326 privatização. Ressaltou que no Projeto de Lei não há menção à garantia de  
327 disponibilidade de água em casos de novas crises hídricas, acarretando  
328 desabastecimento de água e/ou aumento de custo para todos terem o direito de  
329 acesso a água, configurando violação de direitos devido ao viés empresarial com  
330 fins apenas nos lucros financeiros. Enfatizou que é vital o Comitê discutir  
331 profundamente essa questão e propôs solicitar para a CRHI que o Relatório seja  
332 a cada 2 anos, com planejamento mais adequado. Mário de Carvalho Fontes  
333 Neto (Associação Nossa Guarapiranga) disse que não teve acesso aos volumes  
334 de água apresentados no Relatório, onde há dados importantes, por exemplo,  
335 na apresentação a CETESB que informou sobre a qualidade da água do  
336 reservatório Guarapiranga, abastecendo quase a metade da cidade de São

337 Paulo, apresenta índices muito ruins na captação. Informou que irá estreitar  
338 contato com o Programa Rios Vivos para desenvolverem projetos na subbacia  
339 Guarapiranga, pois lá os rios, e contribuintes, estão quase mortos. Lilian Sarrouf  
340 (SINDUSCON) concordou com os pronunciamentos anteriores no sentido de  
341 que, em muitos indicadores o Relatório não traz tantas informações para a  
342 gestão, no entanto, outros precisam continuar com a avaliação anual. Destacou  
343 que as Câmaras de monitoramento realizam a tarefa de revisar os indicadores  
344 da bacia do Alto Tietê e é necessário inserir mais informações do PRN-Programa  
345 de Recursos Naturais anualmente, assim, é possível avaliar, pelos indicadores,  
346 a necessidade de ajustes no Plano, principalmente no que se refere ao PAPI.  
347 Virgílio ponderou que o prazo para elaboração e aprovação do Relatório somente  
348 pode ser alterado em Lei, e trouxe a questão do reservatório da Billings, uma vez  
349 que não há estudo sobre a capacidade de reservação e sobre a perda de  
350 cobertura vegetal, mas crê que 50% do manancial pode ser preservado, neste  
351 sentido, há discussão sobre a possibilidade de transformar essas áreas que são  
352 do Estado, conforme previsão em Lei para UC-Unidade de Conservação  
353 Estadual com gestão pela própria da sociedade.

354 **5. Outros assuntos.** Haverá reunião conjunta das Câmaras Técnicas no início  
355 do mês de novembro para definição do PAPI. Laura Stela Naliato Perez (Secr.  
356 Meio Ambiente Infr. Log.-SEMIL) e Coordenadora da CTG informou que haverá  
357 definição das ações para os próximos 4 anos no programa de investimento, com  
358 análise do diagnóstico atual e o Plano de resíduo da região metropolitana, para  
359 as ações que serão financiadas com os recursos do Comitê. Hélio informou que  
360 as Prefeituras devem analisar, com o seu corpo técnico, as proposituras para  
361 financiamento, pois o que não for incluído no Plano e no PAPI não podem ser  
362 financiados e aprovados.

363 **6. Encerramento.** Hélio parabenizou a Vice-Presidente pela condução dos  
364 trabalhos e parabenizou todos pela participação. Cumprida a Ordem do dia,  
365 Melissa Cristina Pereira Graciosa (UFABC) Vice-Presidente CBH-AT agradeceu  
366 a todos pela participação e pelas contribuições e deu por encerrada a reunião.  
367 Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor, foi

368 elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com a revisão do Secretário  
369 Executivo do CBH-AT.

370 **Vanderlon Oliveira Gomes**  
371 Presidente

372 **Melissa Cristina Graciosa**  
373 Vice-presidente